



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CASA MONSENHOR JOSÉ JOÃO
CNPJ Nº 09.308.842/0001-80

Rua Praça dos Três Poderes, s/n – Centro – 58337000 – Cruz do Espírito Santo – PB

REQUERIMENTO Nº ____/2026

Senhora Presidente,

REQUERIMENTO VERBAL

Assunto: Realização de Audiência Pública para discutir o esgotamento sanitário e a coleta de resíduos sólidos na zona rural de Cruz do Espírito Santo/PB.

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, após deliberação do Plenário, a realização de Audiência Pública, em data e horário a serem definidos, com o objetivo de discutir a situação do esgotamento sanitário, da coleta e da destinação dos resíduos sólidos e das demais condições de saneamento básico nas comunidades rurais de Cruz do Espírito Santo/PB.

CONVIDADOS

Requer-se que sejam convidados para participar da audiência:

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo, por meio das secretarias e órgãos competentes;

Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba;

Ministério Público do Estado da Paraíba – Promotoria de Justiça com atribuição na área de Meio Ambiente e Saneamento;

órgãos ambientais estaduais e municipais competentes;

empresa ou órgão responsável pela coleta e destinação dos resíduos sólidos;

representantes das associações de moradores;

representantes das comunidades rurais;

especialistas e organizações da sociedade civil ligadas ao saneamento básico, saúde pública e proteção ambiental.

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa decorre da necessidade de discutir e buscar soluções para os problemas relacionados ao saneamento básico nas comunidades rurais de Cruz do Espírito Santo, especialmente quanto ao esgotamento sanitário e à coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos.

A ausência de sistemas adequados de coleta e tratamento de esgoto pode provocar a contaminação do solo e dos recursos hídricos, aumentar os riscos à saúde da população e causar graves impactos ambientais.

Da mesma forma, a falta de coleta regular de resíduos sólidos na zona rural pode levar ao descarte inadequado do lixo, incluindo a queima, o enterramento e o lançamento em terrenos, margens de estradas, rios e outras áreas.

A realização da Audiência Pública permitirá ouvir diretamente os moradores das comunidades rurais, identificar as localidades que não são atendidas adequadamente e cobrar dos órgãos responsáveis informações sobre os serviços existentes, projetos, investimentos, recursos disponíveis e medidas necessárias para solucionar os problemas.

Também será uma oportunidade para discutir soluções adequadas à realidade das comunidades rurais, estabelecer prioridades e buscar a elaboração de um cronograma de ações para ampliação e melhoria dos serviços de saneamento e coleta de resíduos sólidos.

Entre os principais pontos a serem debatidos, destacam-se:

situação do esgotamento sanitário nas comunidades rurais;

localidades atendidas e não atendidas pela coleta de resíduos sólidos;

frequência e rotas da coleta de lixo;

destinação final dos resíduos coletados;

existência de pontos de descarte irregular;

possíveis impactos ambientais e contaminação de recursos hídricos;

implantação de soluções individuais ou coletivas de tratamento de esgoto;

projetos existentes e recursos disponíveis;

metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico;

ações de educação ambiental e sanitária;

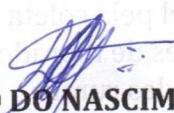
definição de prioridades e elaboração de cronograma para ampliação dos serviços.

A participação do Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça com atribuição na área de Meio Ambiente e Saneamento, será de grande importância para acompanhar as discussões, contribuir para a proteção ambiental e para o cumprimento da legislação, bem como para fortalecer a busca por soluções efetivas para os problemas apresentados pela população.

O saneamento básico é essencial para a saúde pública, a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. Por isso, é fundamental promover um amplo debate envolvendo Poder Público, órgãos fiscalizadores, entidades responsáveis pelos serviços e, principalmente, os moradores das comunidades afetadas.

Diante da relevância da matéria, requer-se a aprovação deste Requerimento, bem como a adoção das providências necessárias para a ampla divulgação e realização da Audiência Pública.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2026.


LEONARDO DO NASCIMENTO
VEREADOR - UNIÃO BRASIL

Câmara Municipal de Cruz do Espírito Santo
☒ APROVADO ☐ REPROVADO
Data: 13 / 08 / 2026

Presidente

1º Secretário

2º Secretário